



“NÃO LEVANTARÁS FALSO TESTEMUNHO”: IGREJA CATÓLICA, PÓS-VERDADE E HISTÓRIA

“Thou shalt not bear false witness”: the Catholic Church, post-truth and History

Ricardo Enguel Gonçalves*

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DOI: 10.29327/256659.16.1-11

RESUMO:

O estágio da modernidade conhecido como pós-verdade atingiu várias instâncias da sociedade. No plano religioso, a Igreja Católica se tornou alvo de discursos e histórias afiliativos, construções forjadas por segmentos radicalizados e organizados em grupos, sobretudo digitais. Esses segmentos, lançando mão de mensagens emocionalmente apelativas e histórias distorcidas, mobilizaram ataques à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a membros do clero católico, acusando-os de alianças políticas em defesa do *comunismo*, do aborto e da *ideologia de gênero*. Tomando por base a relação entre historiografia e seus amplos leitores, este texto traz à tona a teorização acerca da pós-verdade e sua aplicação à História recente do Brasil, tendo a religião católica como instrumento central da abordagem. A historicidade da teoria, em pleno exercício no país, encontra guarida num ambiente profundamente virtualizado.

Palavras-Chave: Igreja Católica na contemporaneidade; pós-verdade; *fake news*; CNBB e política.

*Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado e Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Participante do Núcleo de Pesquisas em História e Religião da UEPG (NPHR-UEPG). E-mail: ricardoenguel1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 2018, ocorreram eleições presidenciais no Brasil. Foi a primeira eleição geral no país depois do processo de destituição da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), ocorrido em 2016; e da onda de investigações e *shows* de prisões de parlamentares e empresários acusados de corrupção pela Operação Lava Jato. Desde 2013, havia um levante nas ruas, em que uma agenda ambígua de interesses levou os protagonistas do evento ao favorecimento do extremismo contra as instituições de representação, acusadas de corruptas e ineficientes. Como observado por Vinícius Bivar “a polarização é, sem dúvida, um dos principais componentes por trás da ascensão da extrema direita no Brasil. Suas origens são frequentemente atribuídas às manifestações que levaram milhões às ruas em 2013” (2020, p. 235, tradução livre). De certo modo, quando o cenário eleitoral de 2018 foi estruturado, os reflexos da História brasileira recente inseridos na curta duração deram a tônica, sobretudo quando o segundo turno colocava frente a frente Fernando Haddad, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, à época filiado ao inexpressivo Partido Social Liberal (PSL).

Considerando o quadro político supracitado, este artigo abordará: de que maneira a religião católica, especialmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esteve inserida em meio à extrapolação da racionalidade perpetrada por segmentos da sociedade inseridos no contexto eleitoral entre 2018 e 2024? Ademais, serão apresentadas algumas medidas adotadas pela hierarquia acerca do problema, demonstrando que a instituição religiosa tem percebido os percalços do atual estágio da modernidade. Partir-se-á da definição de pós-verdade definida pelos autores: Thomas Zoglauer (2023), Ignas Kalpokas (2019), Ben Mercer (2021) e Marius Gudonis e Benjamin Jones (2021), os quais esboçaram características que explicam o favorecimento e a dispersão das práticas nocivas à democracia ocidental liberal. O historiador James Gardner (2020), por sua vez, será trazido à baila para delimitar, teoricamente, as possíveis maneiras de reduzir os efeitos da dita pós-verdade.

A CNBB, não incólume ao espraiamento dos radicalismos emanados dos grupos afiliados à pós-verdade, passou a lidar com algumas das características desse estágio da modernidade através da educação do eleitor por meio de tópicos específicos em suas Cartilhas de Orientação Política, em especial as *fake news* e *deepfakes*. O tema é de interesse público, pois a circulação do conteúdo explorado neste texto encontrou nos meios digitais seu principal veículo, alcançando, diariamente, um expressivo contingente de usuários das redes sociais.

O ponto central deste artigo tem por escopo aproximar a comunidade pesquisadora e o público amplo em relação ao que se poderia chamar de dimensão pública da religião, pois os surtos gerados pela pós-verdade colocaram em tensão o credo predominante da população brasileira, o catolicismo, e a sociedade. Portanto, ao dialogar com a comunidade geral, a partir do princípio do engajamento do historiador com os *assuntos públicos*, serão apresentadas à comunidade não acadêmica especificidades da política nacional recente, na qual parcela significativa foi interlocutora – e até mesmo partícipe do fenômeno. Conforme salientado pelo historiador Thomas Cauvin (2019), em alusão à dedicação remota de historiadores humanistas do século XV, que já se preocupavam com a comunicação ampla de suas abordagens, “a questão não é apontar se aqueles humanistas eram historiadores (públicos) ou não, mas deixar claro que nunca houve falta de acadêmicos engajados com assuntos públicos e interagindo com audiências mais amplas, para além da academia” (p. 10).

Ainda que se considere o crescimento da internacionalização da dita história pública, especialmente a partir de 2010, quando a segunda tentativa de expandir as fronteiras do movimento surgido nos Estados Unidos da América conseguiu alcançar novos adeptos por boa parte do mundo (Cauvin, 2019), este texto trabalhará com a noção de *assuntos públicos*, ou seja, pretende-se discutir a participação dos historiadores com causas de interesse público, empreitada que perpassa o escopo dos historiadores públicos. Em síntese, a crise da objetividade, a deslegitimação do discurso autorizado e a rejeição à ciência e à pesquisa têm um fio histórico e podem ser descritas a partir de exemplos experienciados na História recente do país. Ao final da escrita, espera-se que o leitor perceba os casos apresentados como paradigmas claros do estágio da modernidade compreendido como pós-verdade.

A PÓS-VERDADE: UMA TEORIA APLICADA À HISTÓRIA BRASILEIRA RECENTE

O intervalo entre o primeiro e o segundo turno de 2018 foi palco de uma intensa discussão na capital federal brasileira. Na ocasião, uma reunião do colegiado dos bispos foi invadida por apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PSL) sob gritos de “nós estamos na luta contra o comunismo” e “nós estamos aqui para dar a vida pela Igreja, pelo clero, somos católicos!” A ação foi capturada por vídeo e circulou nas redes sociais, principalmente no dia 19 de outubro, quando se tornou notícia em alguns periódicos. A alegação dos extremistas girava em torno da suposta *defesa da liberdade* e bradavam que *a Igreja não era comunista*, bem como

atribuíam à candidatura petista, encabeçada por Fernando Haddad, a pecha de defensora de *assassinos, ladrões, corruptos, ideologia de gênero [e] aborto*.

No mesmo tom de indignação, perguntavam para os religiosos se o silêncio da Igreja diante de tudo aquilo era a resposta da instituição: *e os senhores calados?* As cenas gravadas pelos próprios integrantes da ação mostravam um descontrole no espaço, gritaria e acusações contra os bispos, segundo eles, inertes diante da *ameaça comunista*. A bandeira nacional, símbolo assumido pela direita e extrema direita desde os protestos de 2013, enrolava alguns sujeitos capturados pelo vídeo de pouco mais de três minutos.

A cada *frame*, a invocação de que o *Brasil estava prestes a ser comunizado* e de que a Igreja precisava defender a nação de tal investida servem muito bem ao propósito delineado pelos autores que descreveram a pós-verdade como mobilizadora de discursos afiliativos, filtrados e hospedados em “câmaras de eco” (Zoglauer, 2023), em que o apelo à emoção e o repúdio à racionalidade são forças motrizes das ações como a ocorrida em 2018. A frase dita por uma mulher em meio à discussão é categórica: *a maior forma de misericórdia é salvando esse país do comunismo, essa é a maior forma de misericórdia, hoje*. A estratégia usada pela Igreja para desfocar a atenção da gritaria deu-se pelo início da oração do *Pai-Nosso*.

A continuação do vídeo mostrou os indivíduos fora da sala de reuniões da CNBB, num local que lembra um saguão, onde gritos de *a nossa bandeira jamais será vermelha, Fora, PT e Deus, Pátria, Família* embalavam os excitados participantes. À noite, pelo que reportou o vídeo, o grupo organizado em frente à Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, em Brasília, exigia a retirada da *cor vermelha* no que se pode deduzir iluminava os pilares do edifício – aparentemente representando algum marco comemorativo, pois sua cor original é branca¹. Apontando para o topo do prédio da Catedral, uma mulher gritava: *esta m* vermelha não nos representa*, seguida pelo berro de um homem *bota verde e amarelo, pô. Esse país é verde e amarelo, não queremos o comunismo! País livre!*².

Quais as motivações justificariam a ação premeditada por essa parcela identificada com a extrema direita brasileira? Como a historiografia poderia contribuir com a discussão acerca do fenômeno? Segundo Nicolazzi (2019), o dever de todo aquele que se dedica a es-

¹Considerando que o evento ocorreu em outubro de 2018, provavelmente a Catedral se encontrava iluminada com uma tonalidade rosa, em alusão à campanha *Outubro Rosa*. Porém, a campanha pela conscientização do câncer de mama foi confundida pelos extremistas com aceno ao comunismo.

²O vídeo pode ser consultado na íntegra no seguinte link: <https://www.gentedeopinioao.com.br/opiniaotv/eleicoes-2018/bolsonaristas-ja-atacam-ate-a-igreja-catolica>. Acesso em 23 nov. 2024.

crever História “é produzir um *discurso legítimo* sobre determinada experiência histórica” (p. 207), ou seja, contar um evento, produzir sentido ao ocorrido. Preocupado com a recepção do *discurso legítimo*, o autor projetou a tensão inerente à trajetória entre a escrita e o consumo da elaboração historiográfica, isto é, questionou o modo como os vários públicos experienciam a construção textual pensada pelo meio acadêmico. O esforço teórico empreendido por Nicolazzi buscou em François Hartog e Gérard Lenclud a definição de *regimes historiográficos*, categoria apropriada devido à capacidade de suportar pelo menos três regimes de escrita diferentes: a) regime historiográfico acadêmico; b) regime historiográfico escolar e c) regime historiográfico de circulação ampla.

O primeiro grupo, seria responsável pelo aprofundamento teórico, estabelecendo discussões endógenas ao campo, debatendo a epistemologia, ou seja, o amadurecimento teorizante da escrita da História. O segundo grupo, por sua vez, seria voltado às pretensões da aplicação do ensino de História. Por último, o regime de circulação ampla ecoaria entre a comunidade não acadêmica, uma tentativa do saber histórico penetrar camadas em que até então predominava certa resistência em relação ao trabalho do historiador. A esse modelo de regime, Nicolazzi abarcou a dita história pública. O intelectual argumentou que esses três regimes coexistem, visto que são produzidos em historicidades específicas, mas lembrou que cada qual possui um protocolo de execução próprio – afinal, dedicam-se a propósitos delimitados. Conforme o historiador:

Se podemos considerar que a noção de regime historiográfico se refere às formas de “escrita” e de “expressão” da história e da elaboração do saber histórico que são efetivados em determinado regime de historicidade, não é forçoso considerar que a historiografia acadêmica produzida pelos historiadores de formação é apenas uma das modalidades discursivas que atuam em um mesmo regime de historicidade, o qual permite a coexistência, então, de uma variedade de regimes historiográficos (Nicolazzi, 2019, p. 211).

Desse modo, o regime historiográfico de circulação ampla teria uma certa vantagem no que se refere à temática explorada neste texto, uma vez que a pós-verdade tornou-se dependente dos meios contemporâneos de produção e circulação dos assuntos. Zoglauer (2023) credenciou o despertar da pós-verdade aos processos de digitalização da sociedade acompanhado à distorção do pensamento. A condição extremamente conectada das atuais gerações, o advento de filtros de busca e a validação da opinião fanatizada dos sujeitos passaram a compor estruturas de sentimento sólidas. O isolamento dos que pensam a mesma coisa em

grupos que retroalimentam posicionamentos sem a devida consistência racional e objetiva, configuraram bolhas de opinião que repelem os demais, isto é, nelas não há espaço para diálogo nem para versões contrárias: a verdade objetiva tornou-se rejeitada em prol da subjetividade do grupo.

Dentre as várias ações que tal comportamento pode assumir, o dano às instituições de representação trata-se do grande mote, percebido, inclusive, na História brasileira hodierna. O caso da invasão da reunião da CNBB, anteriormente mencionado, possui várias características oriundas do fenômeno da pós-verdade, haja vista o apelo à emoção e a afiliação discursiva que recusa quaisquer definições científicas ou históricas. Conforme apontou Zoglauer (2023), o agrupamento de indivíduos em torno de opiniões, para eles irrefutáveis, teria a capacidade de gerar “câmaras de eco”, que “em uma sociedade onde cada grupo vive em sua própria câmara de eco, o discurso político construtivo não é mais possível. Cada grupo define suas próprias verdades. A verdade se torna uma crença de grupo” (p. X-XI, tradução livre).

Quando os questionamentos dos revoltosos da invasão são confrontados pela historiografia, percebe-se que a interpretação do contexto em nada justificava o medo da suposta *tomada comunista do Brasil*. O presidente em exercício quando da eleição de 2018 tratava-se de Michel Temer (PMDB), o vice-presidente que ascendeu ao cargo depois de participar da destituição de Dilma Rousseff (PT). A gestão Temer, no campo político, foi marcada pela aproximação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Democratas (DEM)³ e com siglas que tinham se afastado da petista conforme o projeto conspiracionista tomava corpo nas ruas e no Congresso: Partido Progressista (PP)⁴, Partido da República (PR)⁵ e Partido Social Democrático (PSD). A guinada econômica da gestão, que tinha Henrique Meirelles no comando – ex-presidente do Banco Central do Brasil nas gestões do petista Lula (2003-2010) e ativamente envolvido com a iniciativa privada, sobretudo a instituição financeira estadunidense Bank Boston (Henrique Meirelles, s.d.) –, iniciada em 2016, havia emplacado acenos aos liberais e ao empresariado: como a aprovação no parlamento da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016 (nominada no Senado como PEC 55/2016). A expressiva votação obtida no segundo turno na Câmara Federal (359 x 116) e a confirmação no Senado, também em se-

³Atual União Brasil.

⁴Atual Progressistas.

⁵Atual Partido Liberal (PL).

gundo turno, pelo placar de 55 x 16, decretavam o congelamento de investimentos públicos por vinte anos.

Outras propostas alinhadas ao pensamento liberal consagravam a agenda Temer: a reforma trabalhista (2017), a reforma do ensino médio (2017) e a reforma da previdência, que foi interrompida em 2018 devido à intervenção federal no Rio de Janeiro e à falta de apoio no Congresso – dificilmente se votaria uma reforma de grande proporção em pleno ano eleitoral (Garcia, 2016; PEC que restringe, 2016; Hirabahasi, 2017).

O cenário do primeiro turno de 2018 não demonstrava *ameaça comunista* pairando sobre o Brasil. O instituto de pesquisa Datafolha, em 22 de agosto daquele ano, divulgou um levantamento colocando o ex-presidente Lula – cuja presença por duas ocasiões na chefia do país tornou evidente que as gestões petistas nada tinham de comunista –, na liderança da disputa pelo Palácio do Planalto⁶. Contudo, naquele momento, Lula estava preso em Curitiba devido aos desdobramentos da Operação Lava Jato e sua situação como presidenciável esbarrava na Lei da Ficha Limpa. Em seu lugar, o ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro da Educação, até então inscrito como vice na chapa de Lula, assumiu a candidatura pelo PT. Para sua vice, definiu-se Manuela D’Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁷. Sem o principal competidor, Jair Bolsonaro (PSL) tinha os seguintes concorrentes: Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Alvaro Dias (Podemos), Fernando Haddad (PT), João Amoedo (Novo), Henrique Meirelles (MDB), Vera (PSTU), Cabo Daciolo (Patriota), Guilherme Boulos (PSOL), João Goulart Filho (PPL) e Eymael (DC). As poucas colorações rosadas (PSTU, PSOL e PT) estavam contrastadas pelos tons de *verde e amarelo* que radicalizam os discursos ao longo da campanha, culminando com o caso da invasão da reunião dos bispos. O candidato de extrema direita Jair Bolsonaro venceu o primeiro turno por 46,03% dos votos válidos (49.277.010) contra 29,28% (31.342.051) do petista Haddad (Eleições 2018, 2018).

Ou seja, quando o episódio da invasão aconteceu, a campanha do segundo turno estava em desenvolvimento e tanto a distância entre os dois candidatos quanto as forças políticas em jogo não davam margem para o surto anticomunista dos extremistas. Os ataques à campanha de Haddad, que giravam em torno do ‘alinhamento ao comunismo’, do apoio à

⁶Veja a pesquisa em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>.

⁷Não cabe neste artigo a longa discussão sobre a memória e o legado dos comunistas no Brasil, tampouco os embates entre PCdoB e PCB. Em relação ao PCdoB, destaco que, desde a década de 1980, a sigla está participando dos escrutínios.

‘ideologia de gênero’ e ao aborto, pautas que os invasores diziam que a Igreja Católica assistia passivamente, montavam mais uma peça na estrutura de sentimentos enraizada na opinião subjetivada e distorcida pelos grupos extremados e organizados nas câmaras de eco. O posicionamento histórico da CNBB sobre o aborto, por exemplo, entrou em conflito com os presidentes em 2010. Naquela oportunidade, conforme destacou Quadros (2013), o III Programa Nacional de Direitos Humanos, em elaboração durante o segundo governo Lula, foi alvo de críticas em relação à temática da interrupção da gravidez. O posicionamento da Igreja Católica e de segmentos protestantes foi impactante ao ponto de exigir redefinições de estratégias eleitorais dos candidatos:

Na transição do primeiro para o segundo turno das eleições [de 2010], a candidata petista, Dilma Rousseff, viu-se envolvida em uma polêmica alimentada por suas declarações pretéritas em favor da prática do aborto. Este fato foi instrumentalizado politicamente por entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Frente Parlamentar Evangélica (FPE). A corrente se expandiu através do proselitismo público de inúmeros padres e pastores. Tais iniciativas promoveram mudanças significativas tanto no discurso de Rousseff (que passou a se autoproclamar “defensora da vida”) como no de seu adversário José Serra (que passou a se identificar como “cristão” e “do bem”) (Quadros, 2013, p. 204).

No próprio ano de 2018 havia repercutido uma publicação dos bispos da Regional Leste I, no Rio de Janeiro, contra o Supremo Tribunal Federal (STF) pela Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442/2017 (ADPF 442), proposta que discutia a interrupção da gestação até a décima segunda semana. Vinte e quatro assinavam a nota de repúdio, entre bispos e arcebispos lotados no Estado do Rio de Janeiro⁸. Desconsiderar a realidade e identificar os supostos culpados pela não vitória de Bolsonaro em primeiro turno, em certa medida, inseriam-se no arcabouço da pós-verdade, principalmente pelo suporte das mídias sociais, aliadas fundamentais do sucesso da extrema direita naquele contexto, pois tornavam-se instrumentos de mobilização e difusão de desinformação e conspiração.

Conforme definiu Zoglauer (2023), as “notícias falsas apelam às emoções e instintos. Teorias da conspiração dividem o mundo em bem e mal e revelam os supostos culpados pelos males deste mundo. Rumores são prontamente recontados e espalhados rapidamente pelo

⁸Mobilização da Igreja contra descriminalização do aborto no Brasil. Ver em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-07/igreja-catolica-orani-joao-tempesta-despenalizacao-aborto-brasil.html>.

mundo através das mídias sociais” (p. 3, tradução livre). Esse ambiente virtualizado e ativamente engajado foi percebido no cenário político brasileiro a partir das Jornadas de Junho de 2013, tendo em vista que as mídias sociais foram plataformas decisivas na organização de ações de rua, reconfigurando a forma de fazer campanha e tornando as redes virtuais imprescindíveis nos sucessivos pleitos. O historiador Perry Anderson (2020) destacou a dimensão conectada da população brasileira ao elencar os movimentos organizadores da oposição ao governo Dilma:

O Brasil só perde para os Estados Unidos em número de viciados em Facebook e, como seria previsível dado o perfil de classe dos usuários da rede de Zuckerberg, tanto o Vem pra Rua quanto o MBL [Movimento Brasil Livre] e outros grupos de direita – a exemplo do Revoltados On-line (ROL) – conseguiram convocar muito mais gente nessa rede que a esquerda. Até agora, nota-se que o efeito multiplicador desses grupos de direita tem sido muito maior (p. 106).

O levantamento de Anderson (2020) explica a teoria de Zoglauer (2023) em relação à transformação do epicentro informacional da comunidade brasileira, antes, encontrado nas mídias convencionais (jornais televisionados, imprensa escrita, imprensa radiofônica), agora, deslocado para as páginas da *web* de origem duvidosa, perfis em redes sociais e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas. Esse deslocamento culminou na ressignificação do consumo de conteúdo, findando com práticas de ética profissional que regulamentavam a divulgação de assuntos. Em síntese, a imprensa profissional, tecnicamente, teria a responsabilidade de filtrar a grande quantidade de informação que circula no cotidiano por meios dos *gatekeepers*, fazendo com que um assunto devidamente apurado e condizente com os critérios especificados pela categoria chegasse ao público:

Na mídia tradicional, há *gatekeepers* que desempenham uma função de filtro e selecionam notícias de acordo com critérios jornalísticos e as transmitem ao destinatário. Os critérios de seleção são veracidade, novidade, importância, relevância, emocionalidade e valor de entretenimento. No caso ideal, os *gatekeepers* funcionam como verificadores de fatos e excluem notícias falsas (Zoglauer, 2023, p. 1, tradução livre).

Esse processo deixou de ser um protocolo entre os perfis na internet. O interesse em contribuir para com o sucesso de um discurso afiliativo levou os indivíduos a criação de *verdades afiliativas*, noção pela qual, sem a filtragem devida, os usuários podem escolher acreditar naquilo que lhes convêm. Desse modo, o *mercado da verdade* cumpre um papel prepon-

derante, uma vez que oferta aos diferentes públicos possibilidades de crença de acordo com preferências e necessidades ideológicas variadas: o emocional, o sentimental e o apelativo dão a base para esse tipo de contexto, colocando a objetividade e a racionalidade às margens (Kalpokas, 2019). Facilitado pelos algoritmos, pela *big data* e pelas classificações criadas pelos aplicativos que estipulam as preferências do usuário, o “mercado da verdade” serve muito bem à pós-verdade, pois a mesma “não é sobre mentiras no sentido convencional [...], mas se refere à prevalência de narrativas que só têm relação com opiniões preexistentes e emaranhados emocionais de públicos-alvo, criando novos mundos sociais que são versões narrativizadas” (Kalpokas, 2019, p. 32, tradução livre).

PÓS-VERDADE E HISTORIOGRAFIA: OS EXEMPLOS PRÁTICOS

As teorizações sobre a pós-verdade elaboradas por Zoglauer (2023) e Kalpokas (2019), embasam casos práticos mapeados pela historiografia. Ademais, servem aos historiadores à medida que permitem discuti-la a partir do próprio campo. Por exemplo, Benjamin T. Jones, historiador na Australian National University, em parceria com o sociólogo Marius Gudonis, definiu a noção de *post-truth history* (história pós-verdade), concordando com várias das características apresentadas pelos autores outrora citados. A recusa à historicidade, o forte apelo emocional e as pretensões ideológicas formam a tríade desse conceito danoso à democracia representativa e ao funcionamento das instituições. Segundo os teóricos:

A história pós-verdade é a comunicação de informações falsas sobre um fenômeno histórico que apela à emoção e à crença pessoal, onde tanto o fornecedor quanto o receptor são indiferentes à historicidade e desprezam a opinião de especialistas que a contradiz, e onde o objetivo subjacente é ideológico, especialmente em apoio de uma identidade coletiva ou de um programa político (Gudonis; Jones, 2021, p. 25, tradução livre).

Três anos depois da eleição presidencial de 2018, também em outubro, um novo episódio envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e grupos vinculados ao governo Bolsonaro se tornou manchete. Dom Orlando Brandes, arcebispo de Aparecida, durante a homilia ocorrida no Santuário Nacional de Aparecida, em razão da festa da padroeira, 12 de outubro de 2021, teceu críticas à agenda armamentista do governo Bolsonaro, lembrou a condução inadequada do presidente em relação à pandemia de Covid-19, que naquele

momento havia matado cerca de 600 mil brasileiros. O arcebispo foi enfático em seu pronunciamento:

Vamos abraçar nossos pobres e abraçamos também nossas autoridades para que juntos construamos um Brasil pátria amada e para ser pátria amada, **não pode ser pátria armada**. Para ser uma pátria amada, seja uma pátria sem ódio. Para ser uma pátria amada, **uma república sem mentiras, sem fake news**. Pátria amada sem corrupção e pátria amada com fraternidade. Todos os irmãos construindo a grande família brasileira (Brandes, 2021, grifos meus).

O discurso do religioso não fugiu à Doutrina Social da Igreja. Repudiou a violência, a corrupção, a mentira, o ódio, as *fake news* – prática que assolou o Brasil e ganhou destaque, principalmente, entre 2018 e 2022. Entretanto, a mensagem aplaudida por boa parte dos presentes durante a celebração religiosa, foi confrontada por Frederico D’Ávila (PSL), deputado estadual por São Paulo e assecla de Jair Bolsonaro. Usando da tribuna da Casa legislativa paulista, o político atacou o arcebispo, a CNBB e o papa Francisco.

Quero complementar aqui... Falar pro arcebispo Dom Orlando Brandes, seu vagabundo, safado... safado da CNBB, dando recadinho pro presidente e pra população brasileira que pátria amada não é pátria armada. Pátria armada é a pátria que não se submete a essa gentalha! Seu safado! **E a sua CNBB, propaladora da Teologia da Libertação**, você se esconde atrás da sua batina pra fazer proselitismo político, pra converter as pessoas de bem à sua ideologia. A última coisa que vocês tomam conta é da alma e da espiritualidade das pessoas, seu vagabundo! Safado! Que se submete a esse papa [Francisco] vagabundo, também. A última coisa que vocês tomam conta é do espírito, do bem-estar e do conforto da alma das pessoas. Você acha que é quem pra ficar usando a batina e o altar pra ficar fazendo proselitismo político? Seus pedófilos, safados! A CNBB é um câncer! Um câncer que precisa ser extirpado do Brasil. **E quero abraçar aqui a Opus Dei, ao Arautos do Evangelho**, que esses sim cuidam das pessoas e são perseguidos por gente nojenta como você, Dom Orlando Brandes e sua CNBB imunda! Canalhas, canalhas! (D’Ávila, 2021, grifos meus).

As duas orações em destaque exemplificam a discussão teórica sobre “*post-truth history*”, de Gudonis e Jones (2021), bem como se inserem na dinâmica ampliada sobre a definição de mentiras no contexto da pós-verdade, conforme argumentado por Kalpokas (2019). Ora, a experiência de setores da Igreja Católica engajados no combate à miséria, à desigualdade social e à exploração da América Latina, sobretudo com o advento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em idos de 1970, foi resumida pelo parlamentar na expressão “E a sua CNBB, propaladora da Teologia da Libertação” (D’Ávila, 2021).

De fato, a experiência da Teologia da Libertação (TdL) deu um sentido prático à teoria católica que versava sobre o pobre, o famélico e o explorado. A trajetória desse modelo de teologia angariou adeptos tanto na hierarquia quanto no laicato e serviu de impulso às aspirações transformadoras da sociedade. A CNBB, em funcionamento desde 1952, não passou incólume à Teologia da Libertação, sendo que parcela significativa do clero esteve reunida nas discussões do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM), tanto em Medellín (1968) quanto em Puebla (1979), momentos cruciais para os tensionamentos acerca da aplicação da TdL.

Entretanto, a fala do político possui um caráter próprio: promover uma descontextualização, deturpação e generalização a respeito da CNBB – características da pós-verdade. Tratar a CNBB como “propaladora da Teologia da Libertação” recai no exercício de reduzir o colegiado dos bispos, cuja estruturação em 2019 girava em torno de 307 membros ativos (O Episcopado no Brasil, 2019) ao pensamento único acerca da TdL. Um grupo nada coeso e possuidor de tendências diversas não pode ser definido através de alegações genéricas, excluindo as divergências endógenas inerentes a sua configuração, sobretudo numa vasta abrangência administrativa de proporções continentais como é o caso da Igreja Católica brasileira. Ao lançar mão do recurso emocional em detrimento da racionalidade argumentativa, o parlamentar buscou atizar entre seus seguidores (que são de Bolsonaro e por extensão de Frederico D’Ávila), a repulsa à experiência da TdL, em síntese, pouco atrativa e funcional entre o clero e o laicato hodiernos, segundo pesquisa recente de Agenor Brighenti (2022).

Contudo, se a *realidade* foge aos interesses dos apóstolos da pós-verdade, o discurso de Dom Orlando Brandes, para os extremistas, tornava-se a prova de que toda a CNBB merecia ser combatida – justificando episódios como a invasão de 2018 –, pois estaria a serviço da Teologia da Libertação e, por consequência, do *comunismo*. O estopim, de certo modo, não estava na assertiva *pátria amada, não pode ser pátria armada*, dita pelo arcebispo, mas na expressão *vamos abraçar nossos pobres*, dizeres que causam revolta nos círculos à direita. João Batista Libânio, estudioso da religião, lembrou com muita precisão o desgaste que uma *opção preferencial pelos pobres* causa no seio da catolicidade: “por razões claras e insofismavelmente evangélicas da tradição bíblica e da prática de Jesus, não goza de nenhuma legitimidade, no interior da fé cristã, qualquer rejeição ao pobre” (Libânio, 2012, p. 8). Porém, conforme assegurado pelo autor, trata-se do caráter político, ou seja, deve-se ao plano de ação

que busca no âmago as razões da existência do pobre que transforma a figura e a denominação do mesmo em algo *subversivo*:

a discussão não se trata a respeito da opção pelos pobres nem do cuidado por eles, mas do marco político em que se enquadra tal opção. No nível assistencialista, individual, caritativo, não há nenhuma reserva a ela. Quando, porém, é pensada no nível da promoção humana, unida a necessárias transformações sociais com consequente aspecto conflituoso, a questão muda (Libânio, 2012, p. 8).

Desse modo, o ataque ao arcebispo torna-se um ataque genérico ao colegiado dos bispos, a mesma entidade que divulgou nota em repúdio ao Supremo Tribunal Federal (STF), em razão da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 442/2017 (ADPF 442), que versava sobre a interrupção da gravidez. A afiliação discursiva se tornou explícita quando o político acenou amistosamente ao *Opus Dei* e aos Arautos do Evangelho, grupos católicos cuja expressão teológica se encontra antípoda à Teologia da Libertação.

O historiador Ben Mercer (2021) pontou que um dos desafios da História na era da pós-verdade é se colocar como autoridade na construção do discurso legítimo. Em meio ao cenário de vinculações, preferências argumentativas e posicionamentos atrelados a opiniões que satisfazem interesses sem o devido crivo lógico, apenas embasado pela subjetividade de quem enuncia e de quem recebe, a História se colidiria com estruturas de sentimento intransponíveis. Segundo o historiador, o estágio da pós-verdade seria beneficiário tanto da tecnologia quanto da audiência em torno da desinformação, condições possibilitadas pelo atual contexto. Descrente com o ineditismo da mentira, em especial no meio político, Mercer (2021) sustentou que as plataformas digitais forjaram um público mais propenso e receptivo a histórias afiliativas: “a pós-verdade descreve não a mentira na política, mas o que a facilita: ou a tecnologia – a mídia social e a internet de forma mais ampla – ou o crescimento de uma audiência para a política pós-verdade. O que é novo não é a mentira dos políticos, mas a resposta do público a ela” (p. 223, tradução livre).

Como não bastassem os exemplos acima, em 2022, mesmo ano em que a militância bolsonarista protagonizou a *passeata verde e amarela* em Aparecida-SP, atacando jornalistas, perseguindo pessoas que trajavam vermelho e vaiando falas dos religiosos no Santuário Nacional de Aparecida, o recurso digital, isto é, o celular, flagrou outro exemplo de adesão à pós-verdade alguns quilômetros dali. O episódio em questão, ocorrido em Fazenda Rio Grande,

região metropolitana de Curitiba, demonstrou a discussão iniciada por uma pessoa logo após a homilia do padre.

A pergunta, sem nenhum interesse pela resposta, haja vista o caráter afiliado de quem a fez, iniciou-se com: *o Deus da bíblia é a favor do aborto, padre?* A resposta do sacerdote, *não é a favor do aborto*, foi logo seguida por nova indagação em tom de retaliação à Igreja: *É a favor da ‘ideologia de gênero?’* Acusado de *pedir voto pro Lula*, o sacerdote negava a acusação enquanto procurava acalmar os presentes e seguir a celebração⁹. Um ano depois, a Campanha da Fraternidade entrou na pauta dos aglomerados em câmaras de eco, pois o tema: *Fraternidade e Fome*, segundo os radicalizados, representava uma *agenda da esquerda*. Lígia Coelho (2023) resumiu a perseguição à Campanha da Fraternidade, que circulou intensamente pelas mídias sociais, como fruto da *extrema direita católica*, nomeando alguns: padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, Cuiabá-MT; Padre Paulo Antônio de Araújo, Ponta Grossa-PR; Álvaro Mendes, vice-presidente do Centro Dom Bosco e Bernardo Küster. Segundo reportagem de Coelho (2023):

Os críticos da Campanha, ligados à extrema direita, rejeitam o tema [Fraternidade e Fome], sob a argumentação de que estaria desvinculado dos ensinamentos bíblicos e da doutrina católica e que a campanha e a própria CNBB estariam a serviço de ideologias de esquerda. Segundo eles, as pautas sociais da CNBB estariam contaminadas por ideias marxistas, materialistas e heréticas (p. 1).

Sempre que confrontada, a hierarquia católica evocava o preceito evangélico de *não contra-atacar*. As reações, na maioria das vezes, deram-se por notas de repúdio e solidariedade aos sacerdotes vitimados. Entretanto, a partir de 2018, algumas das características da pós-verdade passaram a ser debatidas na periódica publicação bianual da CNBB: as Cartilhas de Orientação Política.

AS INICIATIVAS DA CNBB EM PROL DO LETRAMENTO DIGITAL CATÓLICO

As características da pós-verdade, sinteticamente apresentadas por meio dos exemplos arrolados ao corpo do texto, embora vivificadas e expandidas graças às redes sociais, compõem uma cadeia de acontecimentos que deve ser pensada na *longue durée*. O anticomunismo, muitas vezes confundido com o antipetismo, e os excessos de delírio acerca do *domínio ver-*

⁹O vídeo pode ser consultado na íntegra em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/video-bolsonaristas-interrompem-missa-e-atacam-padre-no-parana/>.

melho em relação à Igreja Católica, são praxes de uma tradição política à direita que se mantém em exercício ao longo da República. Desde os anos 1930, as ondas anticomunistas identificadas pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002) servem ao propósito dos setores conservadores, inundando momentos específicos da História republicana brasileira tal qual as agitadas correntes marítimas banham as paradisíacas praias.

Por sua vez, as manifestações que pretendem associar a Igreja Católica aos *inimigos da Pátria* seguem o mesmo fluxo das ondas, especialmente após a proeminência de Dom Hélder Câmara, tanto pela sua postura junto à Ação Católica quanto pela sua função de secretário-geral da CNBB em idos de 1952¹⁰. Ou seja, os destacados combates são práticas de um passado que não passou, isto é, continuam presentes na sociedade. Discorrendo sobre as temporalidades, as rupturas e as continuidades, Fernand Braudel argumentou que a longa duração abarcava o tempo das estruturas, ou seja, a camada mais enrijecida dos costumes, dos saberes e das instituições de uma comunidade, tornando a transformação lenta e, por vezes, pouco sentida durante séculos. Para o historiador da segunda geração dos *Annales*:

Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas se marcam como limites (envoltórios, no sentido matemático), dos quais o homem e suas experiências não podem liberta-se. Pense-se na dificuldade de quebrar certos quadros geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade, até mesmo certas sujeições espirituais: os quadros mentais são também prisões de longa duração (Braudel, 1965, p. 238).

Desse modo, tanto a longa duração, o tempo das estruturas; quanto a média duração, o tempo das conjunturas, exprimem os eventos descritos neste artigo. Quiçá seja melhor aos historiadores a percepção das continuidades de um passado cronologicamente recente em relação ao presente do que se amparar no mantra *usos do passado*, pois as estruturas cumprem uma função para além das definições temporais genéricas.

Retomando a discussão sobre a virtualização do mundo, o historiador James Gardner (2020), ainda que versando aos historiadores próprios do subcampo da história pública, for-

¹⁰Um texto que abordou com esmero a tensão entre a Província Eclesiástica do Paraná e a recém-criada CNBB, especialmente com relação a seu secretário-geral Dom Hélder Câmara, trata-se de *Velhos bispos, novos tempos: D. Antonio Mazzarotto e o aggrionamento conciliar*, de Rosângela Zulian. Acesse: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/143.pdf>.

neceu um importante argumento em relação às definições que permeiam os usuários do mundo digital: os limites entre opinião e conhecimento. O autor, engajado na defesa da *autoridade compartilhada* entre especialistas e públicos, principalmente em espaços de memória (museus), advogou em prol da responsabilidade da comunidade historiadora sobre a circulação de discursos/histórias afiliativos nas redes sociais, sobretudo pelo caráter político da disciplina histórica:

nós, no campo da História, devemos reconhecer que as ideias e questões que exploramos frequentemente têm bagagem política e podem ser polarizadoras. Elas podem atrair comentários inapropriados e até mesmo odiosos, e não podemos parecer legitimar tais visões permitindo que elas postem em nossos blogs, páginas do Facebook e outras mídias (p. 62, tradução livre).

Além de servir aos historiadores em geral, pois a tecnologia, as redes sociais e as fontes históricas cada vez mais hospedadas em repositórios *on-line* exigem da ciência histórica atenção especial sobre o esmero e as práticas do ofício; a advertência em relação ao que se é produzido, consumido e replicado entre os segmentos da sociedade deve ultrapassar as fronteiras *stricto sensu* da academia.

Na esteira propositiva e dedicada à redução da desinformação, estopim das histórias e discursos afiliativos, a CNBB adotou a prática de estimular a educação política do eleitor através da Cartilha de Orientação Política. O material circula desde 2008, trata-se de uma iniciativa do Regional Sul II, circunscrição político-administrativa da CNBB no Paraná, cuja periodicidade acompanha o calendário eleitoral brasileiro, ou seja, possui caráter bianual. Em 2018, o subsídio foi adotado pela CNBB em âmbito nacional, ampliando o alcance da mensagem religiosa a respeito da questão política. A partir do mesmo ano, o tópico *fake news* passou a ocupar um espaço na discussão da Igreja, contudo, de modo sintético e sem profundidade – o episódio da invasão à reunião dos bispos ocorreu em outubro de 2018 e as cartilhas entraram em circulação entre o fim do primeiro semestre e início do segundo¹¹.

Intitulada *os cristãos e a eleição 2018*, a quarta parte do documento: *corresponsabilidade pelo Brasil*, trazia metade de uma página destinada às *fake news*. *Fique atento!*, em letras destacadas, explicava o conceito e as consequências da falta de veracidade no seio do debate público: “o termo *Fake News* significa ‘notícias falsas’ e consiste na divulgação de informações falsas ou deturpadas, boatos e mentiras nos meios de comunicação, especialmen-

¹¹As cartilhas são o *corpus* documental principal da pesquisa doutoral, em andamento, do autor.

te nas redes sociais. Essas notícias proliferam rapidamente e atrapalham o debate público” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2018, p. 26). Na sequência, cinco sugestões elencadas cumpriam a tarefa de filtrar a mensagem recebida pelo usuário das redes:

a) verifique a fonte da informação em sites ou veículos de comunicação confiáveis, b) cuide com as manchetes bombásticas. Leia a matéria completa e não apenas o título, c) veja quem é o autor da informação e se ele realmente existe, d) observe a data da publicação, se é atualizada, e) questione se a informação é uma piada, ironia ou gozação (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2018, p. 26).

A iniciativa adotada pela Igreja Católica possuía uma finalidade prática. Não operando no vácuo e sendo uma instituição representativa da sociedade crente, assumiu sua responsabilidade diante dos embates acerca da pós-verdade no ambiente cujo raio de abrangência lhe competia. O estímulo para que o cristão tomasse ciência do momento radicalizado e favorecedor da desinformação, contexto propício para que o mesmo se vinculasse a histórias afiliativas, teve sucessivas adaptações e aperfeiçoamentos. A cartilha de 2020, por ocasião das eleições municipais, chamada “Os cristãos e as eleições – a boa política está a serviço da vida e da paz”, reforçou o letramento digital em relação as *fake news*, bem como acrescentou a distorção discursiva como elemento característico desse tipo de prática. “ATENÇÃO: nem sempre uma notícia é 100% falsa, muitas vezes ela é manipulada, com a inserção de um trecho fora do contexto” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2020, p. 21). A preocupação com a descontextualização, a seleção arbitrária de trechos específicos, bem como a montagem de argumentos a partir de edições de vídeo se tornaram preocupantes devido à facilidade com que *softwares* realizam tais procedimentos.

Em comparação com as instruções de 2018, a cartilha de 2020 reforçou alguns tópicos para a verificação da confiabilidade da informação, além de acrescentar outros. Segundo o documento, os seguintes passos deveriam ser obedecidos: “dicas para identificar uma notícia falsa: verifique site, autor e data; leia a notícia inteira; pesquise em outros sites; verifique se não é uma piada ou ironia; na dúvida, não compartilhe! Não dissemine discurso de ódio, denuncie as notícias falsas” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2020, p. 21). Noutro momento da cartilha, a frase “ATENÇÃO: nem tudo que está na internet é verdade” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2020, p. 20) demonstrava que a Igreja não podia ignorar as mídias sociais como espaço de sociabilidade e tensionamento

entre as ideologias. Almeida, Silva e Martins (2021) sustentaram que o meio digital promoveu uma nova colonização na formação da consciência dos sujeitos históricos, sendo palco de ativismos constantes, principalmente na seara religiosa contemporânea:

Nesses [meios de relacionamento digital], pode-se perceber um fenômeno de agremiação e condução dos indivíduos, por meio de ferramentas próprias que mantêm e regulam tais redes e que possibilitam ao usuário encontrar narrativas que se assemelham às suas próprias, potencializando, assim, suas perspectivas e causando grandes disputas a partir do encontro com perspectivas distintas (p. 10).

Os pesquisadores acima mencionados trabalhavam os fanatismos e os fundamentalismos religiosos nos espaços virtuais. Pensando o ambiente digital, a cartilha de 2022 trouxe uma fórmula para que o usuário calculasse a fidedignidade do conteúdo recebido. Elaborada pelo professor e leigo Rogério Carlos Born, a fórmula batizada de Q³COP foi descrita como identificadora de *fake news*. Seis perguntas, cuja estrutura remonta os manuais do jornalismo e da comunicação social, a saber: “o Que foi noticiado?”, “Quem escreveu?”, “Quando foi escrita?”, “Como foi escrita?”, “Onde ocorreu o fato?” e “Por que a notícia foi publicada?”, deveriam ser mobilizadas pelo leitor em qualquer plataforma, especialmente nos meios virtuais (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2022, p. 18).

Na ausência do *gatekeeper* das mídias profissionais, o usuário deveria aplicar a fórmula a fim de conferir a confiabilidade. A última grande preocupação da CNBB no que se refere ao ambiente digital gira em torno da utilização das Inteligências Artificiais (IAs) a serviço da manipulação e distorção da história e dos acontecimentos em prol de interesses de grupos políticos¹². Não à toa, a cartilha de 2024 trouxe um *box* apenas para tratar das *deepfakes*. Segundo o material: “[deepfakes] é uma tecnologia da IA [Inteligência Artificial], utilizada para substituir rosto e voz, criando vídeos falsos. Muitos artistas vêm sofrendo com a manipulação de imagens para venda de produtos” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, 2024, p. 17). Além de conceituar, didaticamente, as *deepfakes*, a cartilha elencou cinco passos para constatar se o vídeo recebido tratava-se de produto de IA. Deveria haver uma atenção especial em relação: ao “movimento dos olhos”, ao “movimento da boca”, à “expressão facial”, à “cor das imagens” e à “qualidade do áudio”.

¹² Embora não seja uma criação da pandemia causada pelo Covid-19, a virtualização da programação católica como missas, terços e pregações teve um impacto considerável na prática religiosa dos fiéis. A exposição do clero de forma contínua nas redes sociais tem sido outro fenômeno responsável pela dedicação da CNBB em organizar esse grupo, especialmente para prepará-lo em relação aos perigos (e benefícios) da Inteligência Artificial.

A preocupação com as *deepfakes*, sobretudo em momentos eleitorais, tem por parte da Igreja um representante emblemático: o papa Francisco. O próprio pontífice foi alvo de *deepfake* em 2023, quando circulou nas redes sociais fotos em que o bispo de Roma aparecia trajando um *casaco branco da moda*¹³. Em 2024, Francisco reforçou a importância das IAs, porém, desde que combinada à *algor-ética*, ou seja, uma ética dos algoritmos, bem como um projeto de regulamentação das Inteligências Artificiais e conscientização quanto ao seu uso¹⁴. De certo modo, a figura do atual chefe da Igreja Católica é atravessada pelas temáticas hodiernas em relação aos ambientes digitais e suas consequências à democracia e à ciência, seja ela humana, biológica ou exata. Almeida, Silva e Martins (2021) reforçaram essa noção:

Nos últimos anos, o aparecimento de religiosos condutores morais e cabos eleitorais se intensificou. A imagem religiosa nos campos de comunicação se codificou em alistamento de seguidores e compartilhadores em potencial de discursos não alinhados com os deveres da Igreja Católica, entre os quais “de anunciar a salvação pelos meios de comunicação social, lembrando aos seres humanos como usá-los devidamente e cuidar da formação da consciência dos fiéis que usam desses meios, orientar e proteger tudo que seja feito nesse setor pelos católicos” (Inter mirifica, 3.21). Diante do pontificado do Papa Francisco, que emana as marcas do Vaticano II, emergem grupos que se rebelam e atacam, sendo produtores e disseminadores de *fake news*, transgredindo e tomando distância das interpelações conciliares, onde a sacralidade da autonomia é princípio da dignidade da natureza e de toda a natureza racional (p. 21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-verdade é um estágio que não pode ser negligenciado. Suas consequências atingem várias dimensões da vida e causam danos consideráveis à democracia liberal ocidental e às instituições de representação. A Igreja Católica, formadora de consciências e geradora de identidades, não passou incólume ao contexto estrutural e conjuntural de atuação da pós-verdade, em que discursos e histórias afiliativos ecoam em bolhas radicalizadas tornando grupos específicos da sociedade em apóstolos da subjetividade.

O colegiado dos bispos católicos, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi alvo de segmentos radicalizados da extrema direita brasileira, tendo reuniões invadidas, celebrações interrompidas e tumultuadas e ofensas a membros da hierarquia diretamente profe-

¹³Vide em: <https://www.poder360.com.br/internacional/alvo-de-deepfake-papa-pede-regulamentacao-de-ia/>. Acesso em 2 dez. 2024.

¹⁴Confira o texto do pontífice sobre o assunto: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-02/papa-francisco-novas-tecnologias-dom-deus-necessaria-algor-etica.html>>. Acesso em 2 dez. 2024.

ridas em tribunas legislativas. Desde 2018, a circulação de vídeos e mensagens por meio das redes sociais visando atacar setores da Igreja Católica e, principalmente, distorcer e generalizar o posicionamento do clero, motivou mobilizações como a de 2018, em Brasília, e as de 2021 e 2022, em Aparecida, São Paulo. O apelo à emocionalidade, a recusa à racionalidade e a tendência afiliativa de acreditar piamente na opinião gestada nas *câmaras de eco* (grupos de aplicativos de mensagens instantâneas), tornavam qualquer tentativa de diálogo e explicação histórica inúteis. Não à toa, o catolicismo, isto é, a CNBB, passou a ser atrelada à defesa do aborto, da *ideologia de gênero* e do *comunismo* por parte dos eufóricos extremistas.

A Igreja Católica, ciente de sua atuação social, apresentou à comunidade um subsídio a fim de promover o letramento digital dos católicos. Distribuídas nas paróquias durante o ano eleitoral, as Cartilhas de Orientação Política da CNBB, desde 2018, possuem um espaço para debater *fake news*, sua fabricação, sua conceituação e os riscos à democracia e à discussão pública causados pela circulação irresponsável de conteúdo falso e descontextualizado. A proposta demonstra a pertinência da religião e o papel público da instituição face às demandas da sociedade. O avanço tecnológico levou a Igreja Católica a acrescentar na cartilha de 2024 informações e dicas com o propósito de instruir o eleitor acerca das *deepfakes*, produto da Inteligência Artificial (IA).

Num momento em que as subjetividades dos *influencers* têm prevalência sobre a autoridade legítima do discurso científico, investimentos por parte das instituições religiosas em propostas de letramento e conscientização dos seus fiéis tornam-se caminhos para reduzir as afiliações discursivas. Não se trata de contra-atacar a pós-verdade, pois, de certo modo, um grupo decidido a acreditar no discurso/história afiliativo ao qual se vinculou, dificilmente se abrirá ao exercício racional. Contudo, como sugerido pelo papa Francisco, a *algor-ética* precisa predominar nas relações entre homens e códigos, evitando que a distorção, a manipulação e a desinformação corrompam a credibilidade na ciência, na História e nas autoridades competentes, assim, levando o católico a responder positivamente ao oitavo mandamento: *não levantarás falso testemunho*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André Luiz Boccato de; SILVA, Lúcia Eliza Ferreira da; MARTINS, Mário Roberto de M. Novos ventos de fundamentalismo religioso no Brasil: colonização midiático-digital na formação da consciência. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 81, n. 318, jan./abr. 2021, p. 08-29. Disponível em: <<https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/2563>>. Acesso em 24 out. 2024.
- ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIVAR, Vinícius. ‘Long Live the Polarization’: The Brazilian radical right and the uses of the past under Jair Bolsonaro. In: VALENCIA-GARCÍA, Loui Dean. *Far-Right Revisionism and the End of History Alt/Histories*. New York, NY: Routledge: 2020.
- BRANDES, Dom Orlando. In: MARÇAL, Gabriel. “Pátria amada não pode ser pátria armada”, diz arcebispo de Aparecida, em missa. *Metrópoles*, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/arcebispo-de-aparecida-critica-patria-amada-nao-pode-ser-patria-armada>>. Acesso em 25 nov. 2024.
- BRIGHENTI, Agenor. Perfil dos padres novos no Brasil. Interpelações dos resultados de uma pesquisa-de-campo. In: *Seminarios sobre los ministerios en la Iglesia*, v. 67, n. 230, 2022, p.123-134. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8558449>>. Acesso em 28 nov. 2024.
- CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. *Revista NU-PEM*, Campo Mourão, v. 11, n. 23, mai./ago. 2019, p. 8-28. Disponível em: <<https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5724>>. Acesso em 4 dez. 2024.
- COELHO, Ligia. Direita ataca CNBB e Campanha da Fraternidade. In: *COLABORA*, s.l. 2023. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br/ods2/direita-ataca-cnbb-e-campanha-da-fraternidade/>>. Acesso em 29 nov. 2024.
- D’ÁVILA, Frederico. In: LAURINO, Talita; CASTRO, Ana Flávia. CNBB exige ação contra “ultrajante desrespeito” de bolsonarista que xingou papa. *Metrópoles*, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/bispos-pedem-medidas-eficazes-contra-deputado-bolsonarista-que-xingou-papa>>. Acesso em 25 nov. 2024.
- ELEIÇÕES 2018. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultado-eleicoes-2018/presidente/>>. Acesso em 24 nov. 2024.
- GARCIA, Gustavo. Aprovada na Câmara, PEC 241 passa a tramitar no Senado como PEC 55. *G1*, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/aprovada-na-camara-pec-241-vira-pec-55-no-senado.html>>. Acesso em 23 nov. 2024.

GARDNER, James B. Trust, risk and Historical Authority: negotiating Public History in digital and analog worlds. In: ASHTON, Paul; EVANS, Tanya; HAMILTON, Paula (eds.). *Making Histories*. Berlim/Boston: CPI books GmbH, Leck 2020.

GUDONIS, Marius; JONES, Benjamin T. Who Controls the Past? In: GUDONIS, Marius; JONES, Benjamin T. (eds.) *History in a Post-Truth World: Theory and Praxis*. Nova Iorque/ Londres: Routledge, 2021.

HENRIQUE MEIRELLES. *Suno*. São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/tudo-sobre/henrique-meirelles/>>. Acesso em 23 nov. 2024.

HIRABAHASI, Gabriel. Como andam as 5 reformas constitucionais de Temer. *Poder 360*, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/analise/como-andam-as-5-reformas-constitucionais-de-temer/>>. Acesso em 23 nov. 2023.

KALPOKAS, Ignas. *A Political Theory of Post-Truth*. Cham/Suíça: Palgrave Pivot, 2019.

LIBÂNIO, João Batista. Teologia da Libertação: a esquerda católica e inserção considerações em torno dos temas centrais. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, v. 3, n. 1, 2012, p. 4-25. Disponível em: <<https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/349>>. Acesso em 29 nov. 2024.

MERCER, Ben. Trump, Fascism, and Historians in the Post-Truth Era. In: GUDONIS, Marius; JONES, Benjamin T. (eds.). *History in a Post-Truth World: Theory and Praxis*. Nova Iorque/ Londres: Routledge, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917–1964*. São Paulo, SP, Brasil: Editora Perspectiva, 2002.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, 2019, p. 203-222. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/525>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

O EPISCOPADO NO BRASIL: 480 bispos e 307 membros efetivos da CNBB. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/o-episcopado-no-brasil-480-bispos-e-307-membros-efetivos-da-cnbb/>>. Acesso em 28 no. 2024.

PEC QUE RESTRINGE gastos públicos é aprovada e vai a promulgação. *Senado Notícias*. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em 23 nov. 2024.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. *Estudos Sociológicos*. Araraquara, v. 18, n. 34, jan./jun. 2013, p. 193-208. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5219>>. Acesso em 24 nov. 2024.

ZOGLAUER, Thomas. *Constructed Truths: Truth and Knowledge in a Post-truth World*. Wiesbaden, Alemanha: Springer Nature, 2023.

FONTES

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL II. *Cartilha de Orientação Política – Os cristãos e as Eleições 2018*. Curitiba: CNBB-Sul II, 2018.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL II. *Cartilha de Orientação Política – Os cristãos e as eleições – a boa política está a serviço da vida e da paz*. Curitiba: CNBB-Sul II, 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL II. *Cartilha de Orientação Política – a política melhor*. Curitiba: CNBB-Sul II, 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL II. *Cartilha de Orientação Política – A esperança não decepciona*. Curitiba: CNBB-Sul II, 2024.

ABSTRACT:

The stage of modernity known as post-truth has affected various parts of society. At the religious level, the Catholic Church has become the target of affiliative discourses and stories, constructions forged by radicalized segments organized into groups, especially digital ones. These segments, using emotionally appealing messages and distorted stories, have mobilized attacks against the National Conference of Bishops of Brazil (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) and members of the Catholic clergy, accusing them of political alliances in defence of “communism”, abortion and “gender ideology”. Based on the relationship between historiography and its wide readership, this text brings to light theorizing about post-truth and its application to recent Brazilian History, with the Catholic religion as the central instrument of the approach. The historicity of the theory, in full exercise in the country, finds a home in a deeply virtualized environment.

Keywords: Catholic Church in contemporary times; post-truth; fake news; CNBB and politics.

Recebido em 10/12/2024

Aprovado para publicação em 31/01/2025